



**Resenha**

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção “Docência em formação” – coordenação: Antonio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

**SABERES, ESCOLA, DEMOCRACIA**

Felipe Ziotti Narita<sup>1</sup>

A questão fundamental na análise das propostas educacionais é certamente o problema da implementação. Entre as proposições dos planos e programas e a prática social da educação existe um hiato que faz do processo de implementação daquelas propostas o momento em que justamente uma sociedade desenha as potencialidades e os limites da educação: que o diga o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, que chega em seu último ano de execução com muitas metas não resolvidas. É nesse lusco-fusco de PNE 2001-2010 e nas expectativas para as novas metas do PNE 2011-2020 que a editora Cortez publica, em dezembro de 2009, a 8ª edição de um livro originalmente escrito em 2003: *Educação escolar*, obra conjunta de José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira e Mirza Seabra Toschi. De partida, dois aspectos enriquecem a obra: com uma argumentação bastante clara e vasta preocupação informativa – também combinada com importantes análises –, o livro apresenta ainda inúmeras referências bibliográficas enriquecidas com indicações de leituras complementares (Hargreaves, Sacristán, Chesnais, Nóvoa, Saviani, Gadotti, Bourdieu etc.).

A proposta é bastante abrangente: trata-se de apresentar e analisar a estrutura e a organização da educação escolar brasileira por meio de reformas, currículos, planos e diretrizes à luz das transformações em curso no Brasil contemporâneo. Por isso é também um livro sobre política: não apenas no sentido de uma exposição sobre políticas públicas em educação, mas no sentido de oferecer análises de aspectos sociopolíticos que se entrecruzam nas próprias concepções de escola e de ensino que atravessam nossa sociedade – desde a

---

<sup>1</sup> Mestrando em História na Universidade Estadual Paulista (UNESP) – *campus* de Franca. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – sob orientação do Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel. Membro do grupo de pesquisa UNESP/CNPq intitulado “Políticas públicas e democratização do ensino no Brasil: a implementação de propostas educacionais”.



elaboração de propostas até os processos de implementação levados a cabo pela prática em educação. Apesar das constantes retomadas de importantes momentos da história da educação brasileira (os escolanovistas de 1932, a Constituição de 1934, o desenvolvimentismo da ditadura de 1964 etc.), os autores formulam um recorte fundamental: fornecer análises para a compreensão das políticas e diretrizes curriculares relacionadas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. É nesse sentido que as quatro partes (subdivididas em capítulos) em que a obra está dividida procuram encaminhar a discussão: a primeira traça um panorama da educação escolar em face das mudanças no mundo contemporâneo (expansão dos mercados, transformações técnico-científicas, “globalização” etc.) justamente dirigindo a abordagem para as políticas e reformas educacionais que construíram a escola pública brasileira, com ênfase nos avanços e impasses ocorridos a partir dos anos 1990, enfatizados por meio da LDB, dos programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do financiamento da educação escolar e do programa “Uma escola do tamanho do Brasil” (criado no primeiro governo Lula, em 2002). Na terceira parte, os autores destacam certos aspectos legais e organizacionais do ensino (sistemas federal, estadual e municipal; educação básica e superior etc.), de modo que no quarto momento do livro a preocupação é avaliar a organização e a gestão do próprio espaço escolar, *grosso modo*, em duas vertentes: técnico-administrativa e pedagógico-curricular.

O pano de fundo para a compreensão dos problemas abordados pelos autores é a chamada “reestruturação produtiva” capitalista impulsionada sobretudo nos anos 1980 com as exigências de flexibilização econômica e de novas modalidades de organização social do trabalho. Afinal, “novos tempos requerem nova qualidade educativa, implicando mudanças nos currículos, na gestão educacional, na avaliação dos sistemas e na profissionalização dos professores” (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2009, p. 35). As chamadas pautas neoliberais propostas pelas grandes corporações e instituições financeiras (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento etc.), nesse sentido, convertem o saber escolar em matéria de fim pragmático. Além dessa mudança de estatuto do próprio saber – quiçá um processo de tecnificação, que Alfredo Bosi (2006, p. 340) chamou de “pragmatismo de curto fôlego” –, trata-se também de uma otimização dos sistemas escolares “no intuito de atender às demandas da globalização, entre as quais a de uma escola provedora de educação que correspondesse à intelectualização do processo produtivo e formadora de consumidores” (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2009, p. 54).



Nesse cenário, o próprio debate da *qualidade* do ensino vincula-se às prerrogativas da modernização e da preparação para o mercado competitivo, assumindo em educação os critérios da *eficiência* e da *produtividade* sob o verniz da *competência*.

Segue, *pari passu* a essas implicações, um duplo processo de descentralização da instituição escolar. Primeiramente como fonte de legitimidade/legitimação do saber. Não se trata, bem entendido, de uma “desescolarização” social, mas antes da própria condição da aprendizagem em face das renovações técnico-informacionais (televisão, internet, computadores etc.) que implicam uma reorganização da própria instituição educativa. A educação escolar, conforme apontam os autores, “precisa hoje não apenas conviver com outras modalidades de educação formal, informal e profissional, mas também articular-se e integrar-se a elas” (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2009, p. 53). Adaptar-se às novas condições não significa apenas introduzir os recursos das novas tecnologias: implica também uma nova racionalidade no próprio espaço escolar no sentido da gestão e da organização administrativa e pedagógica dessas chamadas *Tecnologias da Informação e Comunicação* (TIC). É certo, no entanto, que a gestão da escola não se restringe à administração de ferramentas pedagógicas: na concepção “democrático-participativa” defendida pelos autores, o processo de gestão escolar descentraliza-se das figuras dos diretores e coordenadores no sentido de buscar uma ampliação da esfera de *participação* dos outros agentes envolvidos na educação (famílias, alunos, professores etc.).

A cantada concepção “democrático-participativa” da gestão escolar, ainda, pode sinalizar um movimento fundamental para a prática pedagógica da escola, relacionando-se diretamente com as possibilidades de construção do currículo escolar. Como afirmava, nos anos 1980, o Libâneo (1986, p. 11) da “pedagogia crítico-social dos conteúdos”, não é suficiente a democratização do processo de tomada de decisões, de modo que fundamental é a democratizar o acesso ao conhecimento. É bem verdade que, nos anos 1980 e 1990, os discursos sobre a universalização do ensino e a conseqüente democratização do acesso à escola lograram uma expansão significativa da malha escolar brasileira – o que não quer dizer, no entanto, que a ampla possibilidade de acesso tenha significado necessariamente democratização do conhecimento escolar. É nesse sentido que as propostas e experiências de “educação popular” e de “escola democrática” talvez possam oferecer algum subsídio para a crítica da prática em educação. Democratizar o conhecimento escolar não significa apenas a ampliação do acesso à instituição, nem se limita à elaboração de currículos que tornem a



aprendizagem “significativa” aos alunos: implica sobretudo uma postura reflexiva em relação às próprias categorias e saberes sobre os quais se fundamenta o pensamento moderno em educação (professor, escola, ensino etc.) e o próprio processo de escolarização brasileiro.

Afinal, se os dilemas colocados pela escola não estão apenas na formulação de políticas, mas nos caminhos muitas vezes tortuosos da implementação, questão fundamental é compreender, pois, de que modo aquelas categorias de pensamento são mobilizadas e rotinizadas na prática em educação. Talvez seja justamente esse o nosso incômodo “face a face” com as longas permanências/persistências da instituição escolar. Nesse aspecto, já não bastam os critérios de eficiência e de produtividade – é preciso, antes, questionar a própria fundamentação social do ensino.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**. São Paulo: Loyola, 1986.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2009.